

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.632 - SP (2019/0210468-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : CRISTIANE SILVA MIRANDA (PRESA)
ADVOGADO : FABIO HYPOLITTO - SP292401
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

A **paciente** alega sofrer coação ilegal no seu direito a locomoção, em face de acórdão prolatado pelo **Tribunal estadual** em habeas corpus.

A defesa sustentou, em síntese, a ausência de fundamentação para a constrição cautelar e o excesso de prazo na formação da culpa, e requereu a revogação da prisão preventiva.

Indeferida a liminar (fls. 494-495), e prestadas as informações (fls. 498-500), o Ministério Público Federal ofertou parecer pela prejudicialidade do feito (fl. 504).

Decido.

Em consulta à página eletrônica da Corte de origem, o gabinete verificou que, após a impetração do presente *mandamus*, **sobreveio, em 20/8/2019, a prolação de sentença condenatória** nos autos da ação penal objeto deste *writ*, **impondo à ré a pena de 4 anos, 6 meses e 15 dias de reclusão, no regime fechado.**

Assim, com **a superveniência de sentença condenatória, fica superada a alegação de excesso de prazo para o término da instrução criminal**, a teor do enunciado sumular n. 52 desta colenda Corte, *in verbis*: "[encerrada] a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo".

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **julgo prejudicado** este recurso em habeas corpus, pela perda do seu objeto.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

